

Trabalho de Campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica

Cesar de David*

RESUMO

A observação e, conseqüentemente, o trabalho de campo sempre tiveram uma posição de destaque na Geografia.

Neste texto, procura-se discutir essa situação, demonstrando os problemas do método indutivo, os limites da observa-

ção como ponto de partida para a investigação e em que medida o trabalho de campo pode ser útil na pesquisa geográfica.

PALAVRAS-CHAVE

Observação; trabalho de campo; pesquisa geográfica.

a escuridão em que os cegos viviam não era, afinal, senão a simples ausência da luz, que o que chamamos cegueira era algo que se limitava a cobrir a aparência dos seres e das coisas, deixando-os intactos por trás do seu véu negro.

José Saramago

“O fazer Geografia, conforme a perspectiva clássica, está assentado na indução, o que equivale a reconhecer que ela utiliza o Método Indutivo: as hipóteses são construídas a partir da observação” (Müller Filho, 1988, p. 8). Foi este postulado que conferiu à observação, e conseqüentemente ao trabalho de campo, uma posição de destaque na Geografia que, malgrado todos os avanços, perdura até hoje. Mas o que é o trabalho de campo? É a partir da observação que formulamos as hipóteses para chegarmos ao conhecimento? Ela é suficiente para se compreender a realidade? O trabalho de campo pode ser um instrumento útil de pesquisa para a Geografia? Em que medida?

Ao tentar responder essas indagações, este texto vai procurar demonstrar os problemas do método indutivo, os limites da observação, acen- tuados quando é tomada como ponto de partida

para a investigação, e em que medida o trabalho de campo pode ser útil na pesquisa geográfica.

O MÉTODO INDUTIVO E O EMPIRISMO NA GEOGRAFIA

O procedimento indutivo sempre tem origem no particular para buscar a generalização, ou seja, de determinado número de observações individualizadas constata-se uma suposta realidade, de caráter geral. Essa forma de raciocínio foi muito utilizada nas ciências naturais, a começar por Francis Bacon (1561-1626) e outros empiristas, sendo também proposto como método de investigação nas ciências humanas com o advento do Positivismo (Gil, 1994).

Chalmers (1993) descreve o método indutivo como aquele em que o conhecimento advém da experiência, através da observação e da experimentação. O “indutivista ingênuo” parte da ob-

servação dos fatos ou fenômenos, através dos sentidos, com o propósito de formular afirmações a respeito do que foi observado. Tais afirmações são chamadas proposições de observação ou *observações singulares*. A partir de um conjunto de proposições singulares de observação e satisfeita uma série de condições, podem-se generalizar afirmações universais que constituem as leis e teorias científicas.

Para tanto, há uma série de condições necessárias para a generalização: (1) grande número de proposições de observação; (2) a repetição das proposições deve atender a uma grande variedade de condições; (3) nenhuma proposição deve contradizer a lei geral. Assim, têm-se as condições para, a partir de uma série de observações particulares, formular afirmações universais. Esse raciocínio denomina-se *raciocínio indutivo* e tem como base o princípio indutivista: “Se um grande número de As for observado sob uma ampla variedade de condições, e se todos esses As observados possuíam, sem exceção, a propriedade B, então todos os As têm a propriedade B” (Chalmers, 1993, p. 26).

Entretanto, cabem algumas indagações. Quantos casos observáveis são necessários para uma generalização segura? Como escolher as condições relevantes? E como saber que condições influenciam determinado fenômeno? O indutivista não pode aceitar essas questões, pois estaria aceitando o fato de que o conhecimento é anterior à experiência.

Apesar desses problemas, o método indutivo foi largamente utilizado na Geografia, como comprova a afirmação: “A investigação geográfica principia (...) com a coleta de dados, pois eles são a matéria-prima que o investigador vai trabalhar” (Müller Filho, 1988, p. 8). O autor destaca, ainda, que a fonte ideal para a obtenção de informações é a própria paisagem, porque ela é a realidade à disposição da capacidade de interpretação do investigador. Deriva dessa concepção a importância atribuída à *observação*, ao *trabalho de campo*. Daí advém o papel do geógrafo:

O geógrafo era um observador da natureza que experimentava ao mesmo tempo um prazer estético, mas também um prazer intelectual de compreender as leis naturais. A palavra “contemplação” é comum aos dois discursos e parece justificar esta dupla ação do olhar, admirador e curioso. (Gomes, 1996, p. 173)

De acordo com o método, o geógrafo deveria *treinar* os sentidos, a fim de “ver” em detalhe as coisas e os seres e retirar-lhes o véu que encobre a visão do senso comum. O principal instrumento do geógrafo, então... era o olho.

PARA ENXERGAR ALÉM DE VER

Observação, segundo o *Dicionário de Filosofia*, significa “verificação ou constatação de um fato, quer se trate de uma verificação espontânea ou ocasional, quer se trate de uma verificação metódica ou planejada” (Abbagnano, 2000, p. 725). Como verificar ou constatar um fato sem ter prévia consciência da sua existência? Isso reafirma a precedência do conhecimento sobre a observação. Assim escreve Feyerabend (1977, p. 263):

o aprendizado não se desenvolve da observação para a teoria, mas sempre envolve ambos esses elementos. A experiência aparece acompanhada de pressupostos teóricos e não antes deles; e a experiência sem teoria é tão incompreensível quanto (supostamente) a teoria sem experiência: eliminemos parte do conhecimento teórico de um ser senciente e teremos pessoa completamente desorientada e incapaz de realizar a mais simples das ações.

Além disso, outra questão se impõe: como confiar nas impressões de nossos sentidos? Qual o risco de essas (falsas) impressões comporem o discurso científico? Feyerabend (1977, p. 88) alerta:

Discutíveis concepções acerca da cognição – como a de que os sentidos, usados em circunstâncias normais, fornecem fidedignas informações acerca do mundo – invadem a própria linguagem da observação, passando a constituir termos observacionais, bem como a servir de base para a distinção entre aparência ilusória e aparência verdadeira.

O que vemos (sentimos) decorre de nossa própria constituição física e de nossa formação; nossas impressões sensoriais estão impregnadas de história. Portanto, para confirmarmos (ou refutarmos) um fato, devemos servir-nos de outros meios, não apenas da observação sensorial. As observações devem ser baseadas na razão, não limitando-se aos sentidos, pois “cada um vê o real como lhe convém, e chama de *realidade* a tudo o que corresponde às suas disposições subjetivas” (Châtelet, 1994, p. 27).

O TRABALHO DE CAMPO REVISITADO

O trabalho de campo como processo de investigação geográfica envolve a relação entre o cientista e o objeto pesquisado. Como foi visto aqui, no Positivismo o geógrafo “via” a paisagem como um objeto onde ia colher dados, em uma relação de total separação entre o investigador e o grupo ou população objeto de pesquisa, segundo o princípio da neutralidade e objetividade.

Todorov (1991) considera esse método como a primeira fase de compreensão do outro. Ao tomar o outro como diferente no tempo e no espaço, ele vai responder a pergunta: Como compreendemos o outro? Em quatro fases sucessivas.

A primeira fase de compreensão do outro consiste em assimilar o outro em si; há uma nítida separação entre sujeito (neste caso, o pesquisador) e o objeto; há somente uma visão, a do investigador e há somente uma identidade, a dele

próprio. Aqui o conhecimento se enriquece quantitativamente, não qualitativamente.

Outra forma de relação entre investigador e objeto é dada pelo método dialético, que privilegia o lado conflituoso da realidade social, ocorrendo a identificação entre ambos, sobretudo quando os objetos são também sujeitos sociais, desfazendo-se a idéia de objetos de pesquisa, pois há um envolvimento mútuo dos pesquisadores e pesquisados no processo de investigação (Demo, 1984 apud Gil, 1994). A incorreta utilização desse método, sobretudo sob a forma de pesquisa-ação ou pesquisa participante, levou alguns pesquisadores a cometerem excessos. Cardoso (1997) critica a forma como se efetivou a participação do pesquisador e sua relação com o grupo pesquisado:

a intensificação da participação dos investigadores foi justificada, menos como uma forma de aproximar para conhecer e mais como identificação de propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado. Isto reduz a pesquisa à denúncia e transforma o pesquisador em porta-voz do grupo. E, como consequência, elimina um dos passos importantes da pesquisa participante, que é o estranhamento como forma de compreender o outro. (Cardoso, 1997, p. 100)

Nessa perspectiva, o discurso do outro é o discurso do pesquisador, convertido, o pesquisador nega a diferença que há entre ele e o outro (o pesquisado), pois ambos possuem um mesmo projeto político, que os unifica, que os funda num mesmo sujeito. Zaluar (1997, p. 112) censura essa posição:

Tudo parece indicar que, da observação, enquanto distanciamento sempre retomado apesar da presença continuada e da convivência às vezes íntima, quase tudo desaparece na força centrífuga do ‘projeto político’ que une observador e observado, ambos com o estatuto de agentes deste projeto. Neste caso, o pesquisador, que se iden-

tifica com o projeto político popular, não o discutido em várias instâncias e lugares da sociedade maior, mas o projeto específico desenvolvido no local por um pequeno grupo de pessoas, avaliza e participa da ação coletiva do grupo, mas não avalia a sua própria presença enquanto estrangeiro num grupo que não é o seu. A própria tensão sujeito/objeto é negada pela afirmação de que todos são sujeitos críticos e autônomos numa mesma ação política, ou seja, a distinção e o conseqüente distanciamento entre observador e observado deixaria de ter cabimento, dissolvidos que ficam pelo engajamento num mesmo projeto político.

Esse método corresponde à segunda fase de compreensão do outro de Todorov (1991), quando o investigador é eclipsado em benefício do outro.

Sou um sábio apaixonado pela fidelidade e pela exactidão e faço-me mais persa que os Persas: aprendo a sua história e o seu presente, habituo-me a perceber o mundo através de seus olhos, reprimo qualquer manifestação de minha identidade original. Ao afastar a minha subjectividade julgo ter alcançado a objectividade. (Todorov, 1991, p. 38)

A produção do conhecimento não deve limitar-se a essas duas posições, tomadas entre investigador e objeto investigado. Todavia, essas diferentes posições podem ser vistas como fases diferentes de um mesmo processo de compreensão que se complementa com a terceira e quarta fase de compreensão do outro.

Na terceira fase, o investigador reassume sua identidade após ter feito todo o possível para conhecer o outro. É essa exterioridade temporal, espacial, cultural que produz o novo conhecimento, agora no sentido qualitativo e não mais quantitativo. Dessa forma, estabelece-se o diálogo entre o investigador e os objetos de pesquisa.

“A dualidade (a multiplicidade) toma o lugar da unidade; o eu permanece distinto do outro” (Todorov, 1991, p. 39).

Na quarta fase de compreensão, o investigador reassume sua individualidade, mas de outra forma, já transformado também. O processo de compreensão do outro levou-o ao (re)conhecimento de si mesmo:

Pela interação com o outro, as minhas categorias transformaram-se de modo a tornar-se interpeladoras para ambos e, por que não, também para terceiros. A universalidade, que julgava perdida, encontro-a noutra lugar: não no objecto mas no projecto. (Todorov, 1991, p. 40)

PARA NÃO ENCERRAR AS QUESTÕES

Do debate a respeito do trabalho de campo algumas posições devem ficar bem claras: (1) não é possível tomar o objeto de investigação apenas como campo onde se colhem dados; (2) o outro é diferente no tempo e no espaço; (3) o trabalho de campo constitui um instrumento importante na investigação geográfica, mas não é o único nem apenas o principal e (4) a forma como “vê” o mundo e os outros denota a posição filosófica e ideológica do pesquisador.

Assim sendo, esses cuidados devem ser tomados durante todo o processo de pesquisa, que envolve uma relação dialógica entre todos os envolvidos, pesquisador e investigado(s), que tanto pode ser um grupo humano ou uma porção do espaço. Pois, como afirma Didi-Huberman (1988, p. 29),

O que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha. Inelutável porém é a cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha. Seria preciso assim partir de novo desse paradoxo em que o ato de ver só se manifesta ao abrir-se em dois.

As posições empiristas, portanto, devem ser abandonadas em favor de uma concepção que permita, a partir da relação dialógica, manter a autonomia dos envolvidos na investigação.

A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com os novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo, com as complexas interações entre as esferas locais e globais, afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que o geógrafo procure caminhos teóricos-metodológicos capazes de interpretar e explicar essa dinamicidade.

Atualmente se vive uma crise de percepção, em que uma série de transformações seduz e domina: a globalização, o computador, a comunicação instantânea, a revolução dos transportes. A sociedade transformou-se, mudaram-se os conceitos, ela é o reflexo desse momento de crise, de mudança de percepção que estamos vivendo.

Apesar de todos os problemas e dificuldades, a capacidade de projetar, articular e transformar, seja de forma questionadora, construtiva, contemplativa, interativa e/ou paradoxal é a maneira de o ser humano relacionar-se com o mundo.

A incessante busca pelo conhecimento faz o pesquisador procurar o referencial teórico para multiplicar seu olhar perceptivo, o que contribui para o desenvolvimento de uma prática articulada entre o pensar e o fazer. Essa reflexão, surgida das tensões, dos conflitos e das incertezas entre o par pensar/fazer, deve ser absorvida na produção científica.

É Milton Santos (1997, p. 261) quem diz: "A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver...".

Essa inquietação que nos instiga a procurar a teoria nos acompanhará em todo o nosso fazer, pois nossa fonte de trabalho e projeção intelectual está relacionada com a incerteza, com momentos de ruptura, em que significativas trans-

formações superam o estabelecido, indicando outra direção, desestabilizando as estruturas; tornando-se um canal de reflexão e criatividade.

NOTA

- * Professor Assistente do Departamento de Geociências da UFSM, Doutorando do PPGG/UFSC. E-mail: cdedavid@bol.com.br. Artigo encaminhado para publicação em março de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth. (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 95-106.
- CHALMERS, Alan. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHÂTELET, François. *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
- GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 07-12.
- _____. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MULLER FILHO, Ivo Lauro. Considerações para uma compreensão da abordagem clássica em geografia. *GEOGRAFIA*, 25 (15): 1-20, 1988.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.
- ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 107-126.

ABSTRACT _____

Observation and fieldwork, as a result, have always had an eminent position on geographic study. The following text brings that argument back, showing inductive method problems and observation borders

as a start-point to investigation itself, and evaluating how useful fieldwork can be to geographic research.

KEYWORDS _____

Observation; fieldwork; geographic research.